

25 MAR 1991

Chiarelli quer cobrar ensino *de alunos* só dos ricos

PORTO ALEGRE — O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, em resposta a críticas a seu plano de cobrança de anuidades em universidades federais, afirmou que em hipótese alguma vai privatizar o ensino. “Queremos, isso sim, possibilitar seu avanço, desenvolvimento de pesquisas e maior qualidade.” Ele explicou que a proposta — a ser transformada pelo governo em projeto de lei — é “cobrar o ensino de quem pode pagar e, com esses recursos, aumentar o orçamento da educação”.

Os alunos carentes, comprovadamente impossibilitados de pagarem anuidades, “poderiam contribuir prestando serviços à comunidade em sua área de aprendizagem profissional”. Eles ainda receberiam uma ajuda de custo mensal da universidade. O ministro afirmou que, de acordo com levantamento feito por sua pasta, seria possível, hoje, captar Cr\$ 6 bilhões no pagamento de anuidades de alunos ricos matriculados em universidades federais.

“Com esse montante poderíamos cobrir toda a folha anual de pagamento do MEC e, com o nosso orçamento, poderíamos, ao invés de pagar salários, aplicar na melhoria do equipamento das universidades e promoção de pesquisa”, afirmou. Ele observou que a idéia é que o aluno, ao fazer a matrícula, já decida sua opção de pagamento: à vista, parcelado ou no final do curso. Os carentes poderiam fazer os estágios compulsórios em períodos variáveis de 6 meses a um ano.

Para Chiarelli, aqueles que protestam contra essas medidas — preferiu não identifica-los — estão “adotando posturas corporativistas, e demonstram que não têm interesse real em participar do debate sobre a melhoria de qualidade do ensino no Brasil”. Sobre os que alegam não terem entendido o plano, ironizou: “Deveriam matricular-se nos cursos de alfabetização. Ou então estão querendo uma universidade de resultados, com uma visão arcaica”.

O ministro confirmou que pretende adotar exames de avaliação do rendimento do universitário no último semestre de cada curso. “Uma banca da própria universidade aplicaria esse exame, garantindo a habilitação do futuro profissional para o mercado de trabalho.” Essa prova seria independente de avaliações de entidades profissionais.

Chiarelli observou que as universidades e faculdades que registrarem melhores níveis de aproveitamento dos alunos e os mais elevados índices de aprovação serão contempladas pelo MEC com recursos complementares. Também os professores seriam recompensados com bonificações extras nos seus vencimentos.